



SINDICATO DEMOCRÁTICO DOS TRABALHADORES DAS COMUNICAÇÕES E DOS MEDIA

SECTOR

GERAL

COMUNICADO 33/SN/2010

GREVE GERAL - 24 DE NOVEMBRO DE 2010

EXIGIMOS REVISÃO DAS CONDIÇÕES SOCIAIS

O Secretariado Nacional do SINDETELCO vem mais uma vez manifestar a justeza da Greve Geral marcada para o dia 24 de Novembro de 2010 e apelar aos seus associados em particular e aos trabalhadores em geral para que manifestem a sua recusa às condições que nos querem impor. Enviámos os respectivos pré-avisos de greve aos grupos económicos PT e CTT bem como às Associações Patronais dos outros sectores de actividade económica. No Ministério do Trabalho acordou-se os serviços mínimos para o grupo PT. Não houve acordo para o grupo económico CTT pelo que o processo foi conduzido para o CES – Conselho Económico e Social. Como também não houve acordo este foi para decisão do juiz. Esperamos uma resposta e decisão sobre estes serviços mínimos. Confiamos na mobilização de todos para o sucesso da Greve Geral do dia 24 de Novembro de 2010. Como entretanto temos discutido a situação económica, financeira, social e política levamos até vós o documento aprovado na última reunião do Secretariado Nacional da UGT.

RESOLUÇÃO DO SECRETARIADO NACIONAL DA UGT



Considerando:

1. A Resolução da CES – Confederação Europeia de Sindicatos sobre governação económica e social, adoptada no Comité Executivo de 13 e 14 de Outubro de 2010;
2. As conclusões do Conselho Europeu de 28 e 29 de Outubro DE 2010.

Introdução

Quando em Abril de 2009, no seguimento da Reunião do G20 em Londres, foi conhecido o conteúdo da Declaração política então produzida, o movimento sindical encheu-se de esperança. Finalmente anunciavam-se medidas concretas contra a economia “casino”, os verdadeiros responsáveis eram denunciados e um novo modelo de desenvolvimento, sustentável mais justo e equilibrado, era preconizado.

Mais de um ano e meio passado, tudo está praticamente na mesma. Wall Street floresce, os paraísos fiscais continuam sem entraves, os administradores e os altos quadros das empresas mantêm as mesmas benesses, continuando a usufruir de vencimentos milionários e de prémios ou bónus imorais enquanto mais de 130 milhões de trabalhadores/as se encontram no desemprego a nível mundial, os Objectivos do Milénio estão longe das metas traçadas, faltando apenas cinco anos para a sua concretização, a miséria e a precariedade alastram perigosamente. Em suma, o modelo de desenvolvimento posto em causa pelo movimento sindical não foi sequer “beliscado” e, neste quadro, a única medida que a União Europeia consegue tomar é a de uma redução obsessiva do défice, marginalizando irresponsavelmente o crescimento e o emprego, criando um ciclo perverso fomentador de mais desemprego e de uma já anunciada recessão.

A somar a este quadro desolador, o Conselho Europeu de 28 e 29 de Outubro de 2010, a menos de um ano da entrada em vigor do Tratado de Lisboa, anunciou a sua revisão, que se espera não ultrapasse o objectivo que a inspira: a criação de um mecanismo de salvaguarda financeira, com uma forte base legal, capaz de actuar em futuros casos de defesa do Euro.

Face ao exposto,

A UGT, constata que:

→ A nível da U.E., vislumbra-se a tentação de uma liderança bicéfala (Alemanha e França) só possível num quadro de desorientação política e enfraquecimento das próprias instituições europeias.

→ Assiste-se a um ataque ao modelo social europeu, desencadeado cobardemente pelo grande capital e ensaiado nos países mais vulneráveis.

→ A Comissão Europeia prepara-se para fazer pagar aos trabalhadores/as os custos da crise e esta está a servir de argumento para que se pratiquem os maiores abusos. Com efeito, os patrões estão a pressionar os trabalhadores/as a aceitarem a degradação das condições de trabalho, os cortes salariais e a diminuição da protecção social.

→ A perspectiva da Comissão Europeia sobre a governação económica incentiva os Estados Membros a agirem isoladamente, numa política do “salve-se quem puder”, ao invés de os incentivar a implementarem políticas de cooperação, a vários níveis, e a finalmente adoptarem medidas efectivas para uma regulação coordenada e eficaz dos mercados financeiros.

→ Ao “endeusar” o combate ao défice, como objectivo exclusivo e prioritário, a Comissão Europeia demonstra que não aprendeu nada com a actual crise e, simultaneamente, está a condenar os países mais expostos e vulneráveis económica e socialmente a um ciclo perverso de endividamento do qual se arriscam a não conseguirem sair.

→ A Europa continua sob a ameaça de uma nova crise se a via encetada não for alterada. A conjugação das três austeridades – fiscal, salarial e social – irá confluir numa recessão económica inevitável, com resultados devastadores para as economias já fragilizadas, com o consequente aumento do desemprego e da pobreza.

Assim,

A UGT, lamenta que:

- Os verdadeiros responsáveis pela crise não sejam responsabilizados e as práticas empresariais laborais e sociais se mantenham abusivas e inaceitáveis.

- A situação social se continue a degradar perigosamente dando azo à concorrência desleal do mercado interno, através de práticas desreguladas, da violação da negociação colectiva, do “dumping” social e da precariedade crescente.

- A prioridade das prioridades: emprego, emprego e mais emprego seja completamente arredada das preocupações/propostas políticas divulgadas.

- A taxa sobre as transacções financeiras bem como as taxas e impostos sobre as instituições financeiras, apenas figurem nas Conclusões do Conselho Europeu último, como sendo necessário o prosseguimento dos trabalhos nessa via, longe portanto da tão esperada decisão.

- As grandes opções, tais como, as boas práticas destinadas a impedir os paraísos fiscais e a fraude fiscal, as medidas necessárias a um crescimento forte, sustentável e equilibrado, a reforma da regulação financeira, a coesão social, a criação de emprego e a necessidade de reformas estruturais, sejam adiadas de Cimeira para Cimeira, hipotecando as hipóteses de, finalmente, se conseguir uma agenda de desenvolvimento orientada para o progresso e bem-estar das populações.

No entanto,

A UGT, sublinha positivamente

- O acordo alcançado na reunião do **G20** em 23 de Outubro de 2010 sobre a reforma do **FMI** (Fundo Monetário Internacional), no sentido de tornar esta instituição mais credível, legítima e eficaz, no apoio ao funcionamento equilibrado do sistema monetário e financeiro internacional.

- Os objectivos enunciados de realizar progressos na luta contra as alterações climáticas na Conferência de Cancún, rumo a um quadro abrangente e juridicamente vinculativo que integre as orientações políticas do frustrante e pouco produtivo Acordo de Copenhaga.

- O incentivo, por parte da **U.E.**, às iniciativas regionais destinadas a responder às alterações climáticas e promover um crescimento verde, como por exemplo, a “Iniciativa Mediterrânea sobre as Alterações Climáticas”.

Finalmente, neste contexto:

A UGT, defende:

- Uma Europa diferente com outra governação económica e social que não pode ser deixada, exclusivamente, nas mãos dos Ministros das Finanças e dos Bancos Centrais. Tal como a **CES**, a **UGT** insiste para que a governação económica e social seja conduzida pelo Conselho Europeu de Chefes de Estado, em conjunto com os Ministros do Emprego e dos Assuntos Sociais.

- O reforço do diálogo social como instrumento imprescindível de equilíbrio e de progresso social.

- A criação do grupo permanente “**UE2020**” proposto pela **CES**, a nível do diálogo social europeu, a fim de que os 27 países e respectivos parceiros sociais passem a acompanhar regular e permanentemente os debates políticos a travar.

TODOS UNIDOS VAMOS CONSEGUIR – FAZEMOS GREVE GERAL PORQUE NÃO SOMOS RESPONSÁVEIS PELA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA CRIADA PELO CAPITALISMO GANANCIOSO REPRESENTADO PELOS BANCOS.